

Boletim Especial dos **PORTUÁRIOS**



Santos, 16 de outubro de 2018.

**ATENÇÃO: PARTICIPANTES ATIVOS,
ASSISTIDOS E PENSIONISTAS DO PORTUS**

APÓS INTERFERÊNCIA DO MINISTRO DOS TRANSPORTES, GOVERNO LIBERA R\$ 100 MILHÕES PARA O PORTUS

Após a união e a mobilização dos portuários da ativa e assistidos do Portus, finalmente podemos respirar aliviados. O Governo Federal liberou R\$ 100 milhões, o que garante as despesas de nosso fundo previdenciário pelo menos até agosto de 2019. Com esse dinheiro conseguimos, por enquanto, afastar o fantasma da liquidação do Portus. Os recursos são oriundos de uma ação judicial da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ).

Mas nosso trabalho para salvar o Portus continua, porque agora vamos lutar para a aprovação de um novo plano de saldamento. E assim evitar um novo reajuste que prejudique quem sempre contribuiu e acreditou no Portus.



Em julho, durante reunião com representantes de sindicatos, associações e FNP, em Brasília, o ministro dos Transportes, Portos e Aviação, Valter Casimiro, comprometeu-se a fazer contato com o Ministério da Fazenda para solicitar a liberação de recursos para o Portus. O que foi concretizado agora.

Jamais vamos desistir do Portus

A liberação, por parte do Governo, dos R\$ 100 milhões para o Portus fecha um ciclo para nós, portuários, ativos e assistidos do fundo previdenciário.

Há anos convivemos com o fantasma da crise financeira do Portus e sua possível liquidação. Em 2011 tivemos que engolir a intervenção federal, que se arrasta até hoje, e que culminou neste ano de 2018 com a tentativa de implantação de um aumento abusivo em nossas contribuições. No entanto, diante da mobilização dos sindicatos e associações de participantes de todo o país, conseguimos na Justiça suspender esse reajuste.



Assembleia histórica ocorreu neste mês de outubro, na sede do SINDAPORT, para analisar novo plano para o Portus



Departamento Jurídico foi de fundamental importância para a luta em defesa dos participantes

Devemos ressaltar a importância do advogado Clayton Leal Dias Jr, que integra o Departamento Jurídico do SINDAPORT, nessa longa caminhada em defesa dos participantes da ativa, assistidos e pensionistas do Portus.

Em ação proposta para suspender o reajuste abusivo por parte do Por-

tus, o juiz José Alonso Beltrame Júnior, da 10ª Vara Cível de Santos, concedeu liminar aos portuários de Santos determinando a suspensão do aumento na contribuição. Infelizmente, o desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, concedeu agravo de

instrumento derrubando a liminar concedida pelo magistrado de Santos.

No entanto, o reajuste continua suspenso. Em todo o Brasil, os sindicatos representantes dos participantes do Portus ingressaram com nove ações judiciais visando impedir o aumento nas contribuições.

Participantes foram à luta para combater aumento proposto pelo interventor do Portus

O plano inicial do interventor do Portus, Luis Gustavo Barbosa, para reduzir o déficit do fundo previdenciário era aumentar a contribuição dos assistidos de 10% para 51%. E para o pessoal da ativa, a contribuição de 9% passaria para 43%. Depois de muitas reclamações, inclusive das Companhias Docas, o interventor propôs um “Plano B”, que reajustaria as contribuições em até 28% durante dois anos sendo que, após esse período, uma nova análise seria realizada, e a possibilidade de implantar o Plano A não estava descartada.

No final de junho foi realizada audiência pública, na Câmara dos Deputados, em Brasília, sobre o Portus. O evento ocorreu a pedido do deputado federal João Paulo Tavares Papa, que esteve sempre empenhado ao lado dos dirigentes sindicais em busca de uma solução para o Portus.

O interventor Luis Gustavo Barbosa participou da audiência e pela primeira vez expôs a real situação do fundo previdenciário. Na ocasião, o interventor afirmou *“a causa do déficit do Portus não foram investimentos mal geridos. Na verdade foi a falta de contribuições, simples e puramente. E também a falta de atualização*



do plano de custeio”

O interventor também informou que o déficit mensal do Portus gira em torno de R\$ 11 milhões e que a questão de se cobrar de 9% para 28% foi resultado também de um acúmulo, da falta de revisão do custeio que deve ser anual. No entanto, o último plano de custeio do Portus é de 2001.

“Se lá em 2001 quando foi feita a última avaliação atuarial, se as companhias docas federais tivessem aprovado todo o processo e tivessem reajustado o valor das contribuições ano após ano, se isso tivesse sido feito dessa forma, com certeza esse peso seria diluído ao longo do tempo”.



Este ano foi marcado por muitas assembleias com os participantes do Portus e reuniões no Rio de Janeiro e em Brasília, na sede do Portus, da Federação Nacional dos Portuários e com políticos. Também recebemos apoio especial do presidente da Codesp e da Associação de Entidades Portuárias e Hidroviárias, Alex Oliva.

Portuários unidos para salvar o Portus

Há anos convivemos com a crise financeira do Portus, porém, este ano, com a proposta de aumento abusivo das contribuições e a possível liquidação do fundo, a mobilização, a luta e a união dos portuários fizeram a diferença.

Pela primeira vez, os portuários decidiram contratar uma empresa especializada para confrontar os planos propostos pelo Portus. Graças à iniciativa da APP/Santos e do SINDAPORT, foi contratada a Rodarte Nogueira para desenvolver um plano de saldamento para o Portus. O resultado desse trabalho também prevê um aumento na contribuição, mas com valor abaixo do que foi proposto pelo interventor do Portus e, ainda, aponta uma solução definitiva para o fundo e não temporária. Essa empresa de consultoria só foi contratada graças à aprovação em assembleia do desconto de 3 parcelas de R\$ 20,00 dos participantes.

Também devemos agradecer ao trabalho político desenvolvido pelo deputado federal João Paulo Tavares Papa e pelo presidente da Codesp e da Associação Brasileira de Entidades Portuárias e Hidroviárias, Alex Oliva. Os dois foram muito importantes na intermediação com representantes do Governo Federal, em Brasília.



Assembleia histórica para analisar novo plano para o Portus lotou o auditório do SINDAPORT

Após reuniões e audiências em Brasília e no Rio de Janeiro e assembleias com a categoria, nós decidimos pela primeira vez colocar realmente a mão na massa e deliberamos pela contratação de uma empresa especializada em fundo de pensão com o objetivo de contrapor à proposta do interventor para o futuro do Portus.

O SINDAPORT e APP/SANTOS contrataram, em conjunto, a empresa Rodarte Nogueira para a criação de um Plano de Saldamento para o nosso fundo de pensão.

De forma paralela, e que também consideramos um fato inédito, as Companhias Docas, patrocinadoras do Plano Portus, também contrataram uma

empresa, especializada em planos previdenciários, para que elaborasse uma alternativa de sobrevivência para nosso fundo de pensão. Os trabalhos, que são bem similares, foram apresentados em assembleia para toda a categoria no início de outubro.

Com a liberação R\$ 100 milhões, que permitirão o Portus honrar o pagamento do décimo terceiro - que estava ameaçado - e manter o caixa até agosto do ano que vem, e esses dois documentos em mãos, que traçam um novo plano para o fundo, teremos mais facilidade para conversar e negociar com os Ministérios do Planejamento e dos Transportes.

No novo modelo apresentado pela empresa contratada pelo SINDAPORT e APP/Santos, o plano deixa de ser um benefício coletivo (onde todos pagam e o valor total em caixa é dividido entre os beneficiários) e se torna uma contribuição definitiva, onde cada integrante do plano faz a projeção de quanto quer ganhar de complemento previdenciário e paga de acordo com essa definição, de forma individual.